COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.979, DE 2013

Dispõe sobre o pagamento do couro bovino pelo abatedouro no ato da compra do animal.

Autor: Deputada SANDRA ROSADO

Relator: Deputado BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.979, de 2013, de autoria da nobre Deputada Sandra Rosado, estabelece que o vendedor de bovinos deverá ser ressarcido, no ato da compra dos animais para abate pelos abatedouros, pelo valor correspondente ao couro do animal, sendo vedado ao abatedouro alegar desinteresse na aquisição do mesmo. Estabelece ainda, que o valor pago pelo couro deverá ser discriminado na Nota Fiscal.

Justifica a autora que o abate de bovinos no país resulta, anualmente, em torno de 40 milhões de peças de couro, sendo que a sua exportação na forma bruta, na forma de wet blue e na forma de produtos como calçados, vestuários e bolsas, gerando um ganho de bilhões de dólares para nossa balança comercial.

No entanto, alerta a Autora, os pecuaristas brasileiros não recebem qualquer remuneração por esta relevante matéria-prima, ou seja, não recebem nada pelo couro dos animais vendidos para o abate.

Desta feita, busca a Autora reverter essa grande injustiça, tornando obrigatório o pagamento do couro bovino ao vendedor, no ato de compra do animal para abate, e, visando evitar qualquer manobra para não se remunerar o pecuarista por esta importante matéria-prima, a proposição veda qualquer possibilidade do abatedouro alegar desinteresse pela compra do couro. No intuito de conferir transparência à

operação, a proposta determina que os valores da carcaça do animal e do couro devem ser discriminados na Nota Fiscal.

Acrescido a isto, entende a Autora que esse aumento de renda para o pecuarista terá o condão de estimular os criadores a aperfeiçoarem os cuidados com o animal, visando garantir um couro de melhor qualidade, o que será benéfico para toda a cadeia produtiva.

O Projeto de Lei nº 5.979, de 2013, não possui proposições apensadas, e, sendo sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões foi determinada sua apreciação por esta Comissão Permanente e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Procedendo à apreciação de mérito do Projeto de Lei, corroboro, na íntegra, os argumentos expendidos pela ilustre Deputada Sandra Rosado, parabenizando-a pela iniciativa de apresentação desta louvável proposição.

Pela relevância do tema e no intuito de colaborar com a nobre autora no aprimoramento desta normatização que, a meu ver, é indispensável e premente para todos os setores afetos a cadeia produtiva da pecuária de corte, tomo a liberdade de tecer algumas considerações sobre o assunto.

Inicialmente entendo ser passada a hora dos nossos governantes reconhecerem e valorizarem, como se deve, o setor da pecuária de corte nacional, notadamente essencial para a manutenção e crescimento da economia nacional.

Neste íterim, indicadores estatísticos da produção agropecuária publicados, em 19 de setembro de 2013, pela Comunicação Social do IBGE em seu Portal

(<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2470>) demonstram que o “*abate de bovinos no Brasil atingiu novo recorde histórico no 2º trimestre de 2013 (8,5 milhões de cabeças abatidas), registrando aumentos de 5,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 11,7% frente ao 2º trimestre de 2012. A produção de carcaças de bovinos também alcançou nova marca recorde (2,0 milhões de toneladas), com aumentos de 6,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 11,7% frente ao 2º trimestre de 2012.*”

No que tange ao couro, informa o IBGE que a “*aquisição de couro foi de 9,7 milhões de unidades no 2º trimestre de 2013, representando um crescimento de 8,5% sobre o volume comprado no 2º trimestre de 2012 e de 6,6% comparativamente ao 1º trimestre de 2013. Do total do couro total adquirido, 63,1% vinham de matadouros frigoríficos. Entre os estados, observaram-se aumentos relativos importantes no Paraná (24,3%); Minas Gerais (28,5%), Tocantins (43,3%) e em Santa Catarina (18,5%). Rondônia teve redução de 25,5% nas compras de couro.*”

Uma característica intrínseca no mercado brasileiro de abate bovino é a polêmica e embate existentes entre pecuaristas e frigoríficos / abatedouros, envolvendo o rendimento da carcaça pago pelo frigorífico, o qual resulta da relação entre o peso da carcaça (obtido após a “toalete” do animal abatido) e o peso do animal vivo.

Pecuaristas de todas as regiões brasileiras afirmam categoricamente que fora o desconto normal que ocorre na pesagem da carcaça frente ao esvaziamento do conteúdo gastrointestinal e toalete do animal abatido, os frigoríficos desconsideram, para fins de pagamento, vários subprodutos do animal abatido, como língua, rim, fígado, entranhas, mondogo, couro, sebo. Por sua vez, os frigoríficos contestam alegando que os miúdos integram o peso da carcaça.

Resta evidenciado, em todo este embate, é que o couro do animal comercializado não integra a carcaça, não sendo, portanto, pago aos pecuaristas. Os frigoríficos, desta feita, arcam com a industrialização do couro sem qualquer custo de aquisição da matéria prima. Argumentam que a motivação para depreciação do couro do animal abatido é a sua baixa qualidade

Neste sentido, artigo nominado “Indústria do Couro: Programa de Qualidade e Estratificação de Mercado com Base em Características do Couro”, elaborado pelos Pesquisadores da EMBRAPA-Gado de Corte, Manuel Antonio Chagas Jacinto e Mariana de Aragão Pereira, revela que “o setor de couros é um dos que apresenta maior abertura ao comércio exterior, gerando emprego, renda e divisas significativa para o Brasil. A indústria do couro te, no entanto, encontrado dificuldades para obter matéria-prima de qualidade, essencial ao desenvolvimento do seu parque industrial, especialmente para as fases de maior valor agregado (couros semiacabados, ou *crust*, e acabado.”

Justificam os pesquisadores a baixa qualidade porque “apesar da importância, as peles ainda continuam sendo consideradas subproduto da atividade pecuária e, como tal, relegada a condição inferior à da carne. (...) O problema da qualidade da matéria-prima está no fato de que, via de regra, o pecuarista não é remunerado pela qualidade do couro. Portanto, não há mecanismos de mercado para induzir a redução de danos à pelo, já que os cuidados necessários para garantir menor incidência de defeitos incorrem, necessariamente em custos adicionais (MDIC, 2002).”

Revela ainda, o artigo que, quando porventura há remuneração pelo couro, este dá por meio do “sistema ‘bica corrida’, isto é, em média o pecuarista recebe pelo couro 7% a 8% do valor da arroba do boi gordo, independente de sua qualidade, o que representa menos de 50% do valor pago aos produtores americanos e europeus. Entretanto, não há uma política explícita de remuneração do couro, que torne claro ao produtor o valor recebido pela matéria-prima.”

Entendem os pesquisadores que, para reverter este quadro, faz-se premente que além do preço do couro, embutido na cotação da arroba do boi gordo, o produtor deveria receber um sobre preço relativo à classificação do produto ofertado, devendo todo o couro “ser identificado ou segregado durante o processamento até o estágio de ‘wet blue’, quando pode ser medido, avaliado e classificado.”

Informam que, neste contexto, faz-se premente o desenvolvimento de estudos de avaliação técnica e operacional para implantação de um Sistema de Classificação do Couro Bovino.

Esclarecem que a Instrução Normativa nº 12, de 2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, estabelece critérios de classificação da pele bovina baseado em defeitos presentes, bem como que “outra iniciativa do MAPA que pode auxiliar no sistema de classificação e, conseqüentemente facilitar o estabelecimento da política de remuneração diferencial do empresário rural é o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem, ou SISBOV”, pelo qual “os dados relativos à identificação de cada animal podem ser repassados para os curtumes, facilitando o estabelecimento do sistema de remuneração diferencial ao pecuarista.”

Por todo o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.979, de 2013, na forma do Substitutivo que apresento com a finalidade de aprimorar tão relevante proposição, pelo qual conto com o apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala de Comissão, em de dezembro de 2013.

Dep. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS

RELATOR

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 5.979, DE 2013

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Dê-se ao Projeto de Lei nº 5.979, de 2013, a seguinte redação:

PROJETO DE LEI Nº 5.979, DE 2013

Dispõe sobre a remuneração do couro bovino e bubalino pelo estabelecimento abatedor ou frigorífico, cria o Sistema de Certificação do Couro Bovino e Bubalino e dá outras providências.

Art. 1º Na comercialização de bovinos ou de bubalinos para abate fica o estabelecimento abatedor ou frigorífico obrigado a remunerar o vendedor pelo couro do animal abatido, sendo vedado ao estabelecimento alegar desinteresse na sua aquisição ou embuti-lo no rendimento da carcaça.

§1º A remuneração paga ao vendedor corresponderá ao valor comercial do couro *in natura* acrescido de bonificação pela qualidade do couro, na forma em que dispuser o Regulamento.

§2º O valor comercial do couro *in natura* terá por base o valor comercial do couro salgado descontado o custo referente ao processamento da salga, que não poderá ser superior a 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do couro salgado.

§3º Para fins de pagamento da bonificação de que trata o §1º deste artigo serão considerados os critérios e a classificação de qualidade do couro definidos pelo mercado.

§4º A aquisição do couro bovino ou bubalino pelo estabelecimento abatedor ou frigorífico será discriminada na Nota Fiscal, na categoria de subproduto de origem animal.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento desta lei será de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que criará sistema próprio informatizado para recebimento de informações referentes a origem e etapas de processamento do couro, transformação industrial e comercialização.

§1º O sistema adotado para identificação do couro deverá ser legível e resistente a todas as operações mecânicas e químicas do processo de curtimento e de industrialização, permitindo a recuperação de dados por leitura, bem como deverá manter a integridade da superfície do couro, seja ele *in natura*, *wet blue*, semiacabado, ou acabado.

§2º O estabelecimento abatedor ou frigorífico será responsável pela identificação de origem do couro bovino ou bubalino, observados os critérios de mercado, na forma definida MAPA.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões, em de dezembro de 2013.

Dep. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS
RELATOR